

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALESSANDRO SILVA BRITO

O EMPREGO DOS SUBMARINOS NUCLEARES NA GUERRA DAS MALVINAS

(1982):

o Emprego Estratégico dos Submarinos Nucleares pelo Reino Unido no Conflito  
das Malvinas

Rio de Janeiro  
2023

CC ALESSANDRO SILVA BRITO

O EMPREGO DOS SUBMARINOS NUCLEARES NA GUERRA DAS MALVINAS

(1982):

o Emprego Estratégico dos Submarinos Nucleares pelo Reino Unido no Conflito  
das Malvinas

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Fontoura de Oliveira.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR  
(LOCAL DA CHANCELA)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa Daniele e minhas filhas Manuela e Letícia pela compreensão, motivação e paciência, nos necessários períodos de dedicação a este trabalho.

Aos meus queridos pais, José e Cátia, exemplos para o meu contínuo desenvolvimento pessoal e que sempre me acompanharam e incentivaram nessa minha caminhada na carreira naval.

Ao meu orientador, CMG (RM-1) Fontoura, por seus importantes conselhos, observações e orientações, que foram de grande relevância e muito contribuíram para conclusão dessa dissertação.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar e responder de que forma a *Royal Navy* utilizou os submarinos nucleares de ataque (SSN) na guerra das Malvinas conforme a estratégia naval. A fim de alcançar o propósito, foram explorados os aspectos históricos das Ilhas Malvinas e quais impactos que a guerra neste arquipélago, entre o Reino Unido e Argentina no ano de 1982, teve no Atlântico Sul. Também foi analisado quais potências se envolveram, no decorrer do tempo, em disputas pelo controle do arquipélago. Além disso, foram examinadas a sequência de eventos no âmbito político e diplomático e os acontecimentos que antecederam o conflito. Após esses estudos iniciais, foram explorados os fundamentos teóricos e uma variedade de conceitos e pensamentos aplicados na estratégia naval. O desenvolvimento e emprego da arma submarina como parte integrante da estratégia naval, também foi parte integrante dos estudos dessa pesquisa. Na sequência, foram identificados os pontos de aderência entre as teorias estratégicas apresentadas e o conflito das Malvinas. Finalmente, foram apresentadas as similaridades entre as estratégias estudadas nesse trabalho, de forma a permitir a formulação das conclusões resultantes do estudo realizado. Após os estudos, concluiu-se que o Reino Unido empregou os SSN durante o conflito das Malvinas para implementar a dissuasão e negação do uso do mar contra os argentinos.

**Palavras-chave:** Submarino nuclear de ataque; Negação do uso do mar; Dissuasão; Estratégia naval Contemporânea; e Atlântico sul.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARA -	<i>Armada de la República Argentina</i> (armada da república argentina)
AS -	Antissubmarino
ASW -	<i>Antisubmarine Warfare</i>
CL -	Cruzador Ligeiro
LCM -	Linhas de Comunicação Marítimas
ONU -	Organização das Nações Unidas
SSK -	Submarino de Propulsão Convencional
SSN -	Submarino Nuclear de Ataque
TOM -	Teatro de Operações Marítimo
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZET -	Zona de Exclusão Total
ZP -	Zona de Patrulha

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS DAS ILHAS MALVINAS .....</b>	<b>10</b>
2.1	As Causas Históricas do Conflito.....	10
<b>3</b>	<b>A ESTRATÉGIA NAVAL NA ERA CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>13</b>
3.1	A Evolução Histórica da Estratégia Naval .....	13
3.2	O Desenvolvimento da Arma Submarina .....	20
3.2.1	Primeira Guerra Mundial .....	21
3.2.2	Segunda Guerra Mundial.....	24
3.2.3	Guerra Fria .....	27
3.3	Descrição do Emprego do Submarino Nuclear pela <i>Royal Navy</i> nas Malvinas.....	30
<b>4</b>	<b>PONTOS DE ADERÊNCIA ENTRE AS TEORIAS E O CASO REAL .....</b>	<b>33</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), teve início uma corrida armamentista entre os Estados Unidos da América (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A busca pelo desenvolvimento de novas armas, mais letais e com maior poder de destruição, foi enfatizada no desenvolvimento do armamento nuclear.

O submarino nuclear de ataque (SSN) teve grande importância nesse contexto, pois apresentava uma maior capacidade em relação aos submarinos convencionais (SSK), nos aspectos referentes à autonomia, à ocultação e ao lançamento de armas (principalmente mísseis balísticos). Essas características proporcionaram a essa plataforma ser um elemento diferencial para implementar a dissuasão<sup>1</sup> e a negação do uso do mar<sup>2</sup>.

Os submarinos nucleares são importantes para a implementação da estratégia naval, sendo meios navais que cumprem de forma decisiva as tarefas de dissuasão e de negação do uso do mar ao inimigo, em virtude de suas capacidades operacionais.

O presente trabalho tem como propósito analisar o emprego do submarino nuclear de ataque na estratégia naval contemporânea, verificando se o emprego deles pela *Royal Navy* foi eficaz na dissuasão e na negação do uso do mar durante a guerra das Malvinas (1982).

Para a delimitação do objeto de estudo será analisado o emprego de submarinos nucleares pela *Royal Navy* no Atlântico Sul durante a Guerra das Malvinas (1982). Dessa forma, será considerada a aplicação em um cenário conflituoso delimitado pelo Atlântico e por ameaças externas ao continente sul-americano. A seleção da guerra das Malvinas foi feita pelo fato de ter sido o único conflito em que o submarino nuclear foi empregado no Atlântico Sul.

A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: de que forma a *Royal Navy* utilizou os submarinos nucleares na guerra das Malvinas conforme a Estratégia Naval?

A partir do estudo e da análise dos conceitos utilizados nas estratégias navais apresentadas, do emprego dos SSN na guerra das Malvinas e da estratégia nuclear, este trabalho almeja apresentar as similaridades e a aderência entre as estratégias estudadas e

---

<sup>1</sup> A dissuasão é “a prevenção da ação pelo medo de suas consequências. A dissuasão é um estado de espírito resultante da existência de uma ameaça crível de reação inaceitável”. Ela tem por objetivo induzir o adversário a renunciar à ação (BÉGARIE, 2010).

<sup>2</sup> A negação do uso do mar é o efeito desejado da tarefa básica do Poder Naval que consiste em impedir que um oponente utilize ou controle uma área marítima para seus propósitos, por certo período de tempo, sem que seja requerido o uso por nossas próprias forças (BRASIL, 2017).



empregadas.

Nesta dissertação, serão explorados os princípios fundamentais da estratégia naval clássica, da estratégia nuclear e da estratégia naval contemporânea, com base nas teorias e conceitos apresentados por pensadores e autores.

Ao explorar tanto as teorias clássica e contemporânea da estratégia naval quanto a perspectiva nuclear, busca-se proporcionar uma compreensão abrangente e atualizada do tema em estudo. Assim, procura-se desenvolver a análise por meio de abordagens teóricas e pensamentos distintos.

A inclusão dessas abordagens teóricas é essencial para embasar a análise da pesquisa apresentada.

Para atender ao objetivo desse trabalho, este será delimitado ao emprego das estratégias navais dentro do Teatro de Operações Marítimo (TOM)<sup>3</sup> na região do arquipélago das Ilhas Malvinas. A análise das teorias e conceitos abordados nessa pesquisa será limitada ao período compreendido entre o século XIX e o início do século XXI, garantindo assim uma abrangência temporal que engloba o contexto histórico relevante para o estudo em questão.

A pesquisa será apresentada em cinco capítulos, sendo o primeiro composto por essa introdução.

O segundo capítulo abordará uma análise dos aspectos históricos relacionados às Ilhas Malvinas, ampliando a compreensão sobre o tema.

Além disso, serão exploradas as causas históricas que levaram ao surgimento do conflito, identificando os principais fatores que contribuíram para a disputa territorial. Será dado destaque aos interesses da Argentina nas Ilhas Malvinas, incluindo motivações políticas, históricas e geográficas que teoricamente sustentam a reivindicação do país sobre o arquipélago.

Da mesma forma, serão examinados os interesses do Reino Unido na região, considerando o contexto histórico das relações entre as duas nações e os motivos que o levaram a manter sua soberania sobre as ilhas.

No terceiro capítulo, será apresentada a fundamentação dos conceitos e teorias diretamente relacionados a esse trabalho. Serão abordados a evolução histórica do

---

<sup>3</sup> Teatro de Operações Marítimo é a parte dessa área do Teatro de Operações, onde são realizadas as operações de caráter naval (BRASIL, 2015).

pensamento naval estratégico, o desenvolvimento da arma, a estratégia naval contemporânea e o emprego do submarino nuclear pela *Royal Navy* no conflito das Ilhas Malvinas.

No quarto capítulo serão analisados os pontos de aderência entre as teorias e o caso real.

No quinto e último capítulo serão apresentadas as conclusões da presente pesquisa.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS ILHAS MALVINAS

Este capítulo tem como objetivo explorar os aspectos históricos das Ilhas Malvinas e examinar o impacto que a guerra teve nessa localidade do Atlântico Sul. Também irá analisar que ao longo dos anos, potências se envolveram em disputas pelo controle do arquipélago devido a sua posição geográfica.

Além disso, também serão verificados acontecimentos que antecederam o conflito abrangendo a sequência de eventos no âmbito político e diplomático.

### 2.1 As Causas Históricas do Conflito

As Ilhas Malvinas estão situadas no oceano Atlântico e consistem em um grupo de pequenas ilhas que somam aproximadamente 12.200 km<sup>2</sup> de área, localizadas a mais de 8.000 milhas náuticas de distância do Reino Unido.

As duas principais ilhas são a *Gran Malvina* e a *Isla Soledad*, sendo essa última onde se encontra a capital das ilhas, *Port Stanley* (SOUZA, 2013).

Após conquistar sua independência da Espanha em 1816, a Argentina passou a reivindicar a posse das Ilhas Malvinas, resultando na ocupação do arquipélago em novembro de 1820 (DUARTE, 1986).

Em 1829, após sua recente criação, a Argentina proclamou soberania sobre as Ilhas Malvinas, o que gerou protesto por parte do governo britânico (SOUTO, 2023).

Em 1833 ocorre o retorno dos britânicos às Ilhas Malvinas. Sob o comando do capitão John James Onslow (1796/1856), as corvetas britânicas HMS *Clio* e HMS *Tyne*, pertencentes à Esquadra Britânica do Atlântico Sul, apareceram ancoradas em *Puerto Soledad* em 02 de janeiro de 1833 (DALLE, 2022).

Essa ação desencadeou uma série de hostilidades entre o Reino Unido e a Argentina ao longo da história.

Dalle, descreve em sua obra a dinâmica da ocupação do arquipélago das Malvinas pelos britânicos:

Desde o início dos anos 1840 a quantidade de colonos britânicos aumentava nas ilhas. Eram principalmente escoceses que deixavam o seu país para trabalharem com a pecuária e na pesca. Essa situação propiciou que, a 23 de junho de 1843, a rainha Vitória incorporasse oficialmente as Malvinas ao Reino Unido, transformando as ilhas em colônias e transferindo em definitivo sua capital de *Port Egmont* para *Port*

*Stanley* (DALLE, 2022, p. 118).

Em 1946, o Reino Unido enviou à ONU (Organização das Nações Unidas) uma relação que possuía 43 territórios sob sua administração e que incluía as Ilhas Malvinas. Essa lista foi enviada ao Conselho tutelar da ONU, porém houve protestos do governo argentino, que não reconhecia as Ilhas Malvinas como território britânico (DALLE, 2022).

No ano de 1964, a Argentina reclama junto à ONU, por meio do seu chanceler Miguel Angel Zabala Ortiz (1905-1982) a devolução do arquipélago das Malvinas para o seu país. O enquadramento da reivindicação, foi o artigo 6º, da resolução 1514<sup>4</sup> da ONU (DALLE, 2022).

O episódio ocorrido no ano de 1964, no qual a Argentina buscou órgãos internacionais, mais especificamente a ONU, sinalizou o caminho que seria traçado por aquele país com o intuito de resolver a contenda envolvendo o arquipélago das Malvinas. Porém, as tentativas para solucionar esse atrito em relação ao arquipélago não obtiveram êxito. Desde o século XIX, a Argentina expressou sua contestação no processo de discussão sobre a soberania britânica das Ilhas Malvinas por meio de protestos formais e da participação em fóruns de organismos internacionais. De acordo com Duarte (1986), a Argentina sustentou ser a legítima detentora dos direitos sobre as ilhas, argumentando que o arquipélago está localizado em seu território contíguo e que suas possessões foram usurpadas (CARVALHO, 2017).

Devido aos seus interesses estratégicos e econômicos na região, o Reino Unido não tinha disposição em realizar negociações com a Argentina. Mesmo diante dos protestos argentinos, essas preocupações não encontraram repercussão no Reino Unido (CARVALHO, 2017).

Ficou evidente que os britânicos não estavam dispostos a renunciar às Ilhas Malvinas.

---

<sup>4</sup> Resolução 1514 da ONU: 1.A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial; 2. Todos os povos têm o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. 3.A falta de reparação na ordem política, econômica e social ou educativa não deverá nunca ser o pretexto para o atraso da independência. 4.A fim de que os povos possam exercer de forma pacífica e livremente o seu direito à independência completa, deverá cessar toda ação armada ou toda e qualquer medida repressiva de qualquer índole dirigida contra eles, e deverá respeitar-se a integridade de seu território nacional. 5.Nos territórios, sem condições ou reservas, conforme sua vontade e seus desejos livremente expressados., sem distinção de raça, crença ou cor, para lhes permitir usufruir de liberdade e independência absolutas. 6.Toda tentativa encaminhada a quebrar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos e da presente declaração sobre a base da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos dos demais Estados e dos respeito aos direitos soberanos de todos os povos e de sua integridade territorial (DALLE, 2022).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, muitas colônias europeias passaram por mudanças significativas, o processo de descolonização ficou intenso nos anos seguintes ao conflito. Os territórios, que haviam sido colonizados anteriormente pelos europeus, buscaram ser independentes dos impérios da Europa.

Esses países conseguiram seus objetivos, em virtude de os europeus estarem enfrentando instabilidades econômicas e políticas no período pós-guerra. Assim, os europeus não conseguiram evitar o processo de fragmentação de seus domínios.

Desse modo, o Reino Unido priorizou os territórios estrategicamente importantes que estavam sob seu domínio, e as Ilhas Malvinas estavam entre esses territórios.

Essa posição britânica foi reforçada quando, após a invasão das Ilhas Malvinas pelos argentinos em 1982, teve início o conflito entre os dois países pelo controle do arquipélago.

Após analisar, os aspectos históricos envolvendo o conflito das Ilhas Malvinas, nota-se a importância que a região do Atlântico Sul tem para os países, tanto para os que compõem quanto para as potências estrangeiras em relação a essa parte do Atlântico.

A garantia desses aspectos abordados anteriormente, fez com que o Reino Unido, quando teve o seu domínio sob as Ilhas Malvinas ameaçado, utilizasse as armas para reiterar que a região fazia parte dos territórios da coroa britânica.

O conflito das Malvinas à semelhança de outros conflitos conhecidos na história, relembrou às nações que dependem do Atlântico Sul, principalmente os países que compõem essa parte do Atlântico, de que quando os interesses não são solucionados por vias diplomáticas, aquele Estado que possuir maior capacidade militar, irá impor suas aspirações por meio do uso da força.

### **3 A ESTRATÉGIA NAVAL NA ERA CONTEMPORÂNEA**

No presente capítulo, serão explorados os fundamentos teóricos da pesquisa, abrangendo uma variedade de conceitos e pensamentos aplicados à estratégia naval.

Além disso, será dedicada atenção especial ao desenvolvimento e ao emprego da arma submarina como parte integrante da estratégia naval, incluindo os submarinos nucleares. Essa abordagem teórica visa proporcionar uma compreensão das bases conceituais e estratégicas utilizadas para o estudo desse trabalho.

Os temas abordados neste capítulo são importantes para uma melhor compreensão da estratégia naval adotada pelo Reino Unido no uso de seus submarinos nucleares de ataque (SSN) durante a Guerra das Malvinas.

Serão analisados aspectos da evolução da estratégia naval tendo como ênfase a estratégia naval contemporânea. Esse estudo tem como objetivo analisar as teorias navais sob a perspectiva da dissuasão e da negação do uso do mar ao inimigo.

#### **3.1 A Evolução Histórica da Estratégia Naval**

A estratégia naval foi objeto de desenvolvimento e aperfeiçoamentos ao longo do tempo. No final do século XIX ocorreram contribuições de importantes autores, entre eles, o Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e o historiador Julian Stafford Corbett (1854-1922).

Esses estudiosos desempenharam papéis fundamentais na elaboração de teorias e conceitos que moldaram a estratégia naval, deixando um legado duradouro em termos de pensamento estratégico e da compreensão das oportunidades e desafios enfrentados pelas marinhas em todo o mundo.

Nesse trabalho, apesar de Mahan possuir uma obra bastante extensa e complexa, somente serão abordados os aspectos da estratégia que realmente afetam ou contribuem para o emprego do submarino.

Havia poucas dúvidas de que o principal papel de Mahan era corrigir o desconhecimento generalizado que encontrava ao seu redor sobre o papel e a importância do poder marítimo, mesmo entre os povos marítimos. Em tempo de paz, Mahan acreditava que a segurança e a prosperidade do poder nacional dependiam do mar como meio de transporte.

Em tempo de guerra, o poder marítimo era resultado da supremacia naval e fornecia os meios de atacar as forças inimigas. Essas vantagens da supremacia naval foram relevantes para o Reino Unido. Segundo Mahan, por meio do mar as potências prosperariam na paz, prevaleceriam na guerra e dominariam os eventos mundiais. Mahan dizia que: “Controle do mar pelo comércio marítimo e supremacia naval significa influência predominante no mundo e é o principal entre os elementos meramente materiais no poder e prosperidade das nações” (Till, 2018).

Entre as obras mais conhecidas de Julian Stafford Corbett, intitulada "Princípios da Estratégia Marítima" (1911), Corbett abordou de forma abrangente o conceito de linhas de comunicação marítima (LCM)<sup>5</sup> como um componente fundamental da estratégia naval. Segundo Corbett, as linhas de comunicação marítima referem-se às rotas e às vias marítimas que conectam diferentes áreas, permitindo o fluxo contínuo de recursos, suprimentos e informações entre elas. O controle efetivo dessas linhas é considerado de extrema importância para o sucesso das operações navais, proporcionando segurança e eficiência para as atividades militares. Corbett ressaltou a necessidade de proteger e controlar as LCM como uma condição indispensável para a projeção de poder e para manutenção do domínio naval. Essa abordagem reforçou a importância estratégica das LCM no contexto das operações navais e seu papel vital para o sucesso das missões e dos objetivos estratégicos (CORBETT, 1911).

Corbett também apresentou uma abordagem abrangente da teoria estratégica com foco particular no aspecto marítimo, utilizando as experiências do Reino Unido como base. Sua principal contribuição residiu na compreensão de que as comunicações marítimas do adversário são o objetivo fundamental das operações navais, diferentemente da perspectiva de Mahan, que enfatizava a destruição da esquadra inimiga. Corbett reconheceu que o controle das linhas de comunicação marítimas e o impedimento do acesso marítimo do oponente são elementos cruciais para a obtenção da superioridade estratégica. Essa perspectiva de Corbett desafiou o paradigma estabelecido por Mahan e influenciou consideravelmente o pensamento estratégico naval (WEDIN, 2015).

Após as abordagens da estratégia naval, realizadas por Mahan e Corbett, eventos

---

<sup>5</sup> As Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) são os caminhos que o tráfego mercante de determinado Estado percorre no mar, entre dois ou mais portos, onde são transportados seus recursos estratégicos vitais (BRASIL, 2015).

relevantes aconteceram ao longo do tempo. Esses conflitos proporcionaram evoluções, no que tange às armas e às plataformas de lançamento de armamentos. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um desses eventos.

MAGNOLI (2006), em uma de suas obras em relação a essa guerra escreveu:

A Segunda Guerra Mundial foi uma guerra total no sentido lato da palavra. A política nazista de destruição dos judeus (a “solução final”) contava com sofisticada organização de busca, seleção, transporte, concentração e assassinato nos campos de extermínio (o chamado Holocausto), para onde também foram enviados ciganos, opositores e até prisioneiros de guerra. Já em 1945, os americanos jogaram bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, ameaçando o mundo com nova tecnologia de morte em massa. Essa foi a guerra total no último conflito mundial. Daí a mobilização de recursos simplesmente fabulosos (MAGNOLI, 2006, p. 355).

As explosões das bombas atômicas em Hiroshima (6 de agosto de 1945) e Nagasaki (9 de agosto de 1945) foram eventos de grande significância, não apenas por terem marcado o fim da Segunda Guerra Mundial, mas também devido à grande capacidade de destruição. Surgiu então a inquietação sobre se os cientistas e os líderes políticos seriam capazes de lidar com o imenso poder que lhes havia sido confiado. Essa questão fundamental permeou os últimos meses de 1945. Esses dois episódios (bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki) foram os mais devastadores da história humana. Os seis anos de guerra culminaram em duas explosões poderosas (BLAINEY, 2010).

As forças antagônicas, de um mundo bipolar que surgia após o final da Segunda Guerra Mundial, eram compostas pela URSS e os seus aliados com viés comunista de um lado e do outro, os EUA e outros países com ideologia capitalista.

Ambos os blocos travaram uma intensa corrida armamentista, o que envolvia o desenvolvimento de novas armas, incluindo novas plataformas de lançamento de armamentos de maior poder de destruição e letalidade.

Essa busca por novas armas, teve como base o desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins militares. De acordo com o que foi abordado anteriormente, pôde-se comprovar os poderes que a bomba atômica poderia proporcionar àquele que possuísse tal armamento.

Um dos principais eventos, para a rendição japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, foi o lançamento de duas bombas nucleares contra o Japão feito pelos EUA. Esses foram os últimos atos de grande proporção que conseguiram cessar o ímpeto do Japão em continuar a guerra. Dessa forma, o armamento nuclear entrava como pauta prioritária para as nações que aspiravam ser ou consolidar ser uma grande potência.

Apesar de não ser a única pauta dos pensadores navais contemporâneos, o



armamento nuclear permeou inúmeras de suas obras.

Em virtude das possibilidades estratégicas, os teóricos navais contemporâneos, frequentemente deram especial atenção em seus estudos no que se refere ao emprego dos submarinos nucleares para a implementação de estratégias navais eficientes, destacando-se a dissuasão ou *deterrence*.

Antigamente, afirmava-se que existia uma "cortina de ferro" que separava países democráticos de países comunistas. Embora Winston Churchill (1874-1965) não tenha sido o criador dessa expressão, foi ele quem a popularizou. Durante um discurso proferido em 1946, em uma pequena universidade norte-americana, Churchill lançou essa expressão ao mundo, que logo ficaria gravada nas mentes de milhões. Uma outra expressão que seguiu lado a lado como uma espécie de união inseparável é "guerra fria". "Não nos enganemos", escreveu o financista americano Bernard Baruch (1870-1965) em 1947, "hoje estamos imersos em uma guerra fria" (BLAYNEY, 2010, p. 176). No entanto, apenas por meio de um uso imaginativo da palavra "guerra" seria possível descrever adequadamente as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se assemelhavam mais a uma paz quente e tensa. Essa frase conquistou o público e passou a retratar o ambiente de toda uma era. Essas expressões gêmeas, "guerra fria" e "cortina de ferro", foram cunhadas por homens na casa dos 70 anos de idade, que faleceram muito antes de a divisão, tão vividamente descrita por eles, começar a se dissipar (BLAYNEY, 2010). O período da Guerra Fria foi entre os anos de 1947 e 1991.

Bernadie Brodie (1910-1978) foi um dos principais representantes da estratégia nuclear. Brodie empregou em suas obras, o termo *Deterrence* que possui o mesmo significado de Dissuasão.

De acordo com a END (Estratégia Nacional de Defesa), a Dissuasão é a atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, 2017).

De acordo com Brodie (1959), as noções de dissuasão e de guerra limitada levam em consideração o fato de que os Estados Unidos têm sido, há muito tempo, um poder de status quo. Não há interesse por parte dos EUA em adquirir novos territórios ou áreas de influência, nem em aceitar grandes riscos para implementar mudanças em determinadas regiões do mundo que possuam sistemas políticos radicalmente diferentes do sistema político americano. Por outro lado, como um poder de status quo, os EUA estão determinados a preservar o que

já possuem, incluindo a existência de um mundo no qual metade ou mais seja amigável ou, pelo menos, não seja hostil de forma acentuada e perene (BRODIE, 1959, p. 287).

Na estratégia de dissuasão, os elementos essenciais permanecem presentes. Inicialmente, trata-se de uma dinâmica de vontades na qual o aspecto material, representado pela potência quase absoluta da arma, é acompanhado por um componente psicológico igualmente crucial. A ameaça em si, e não necessariamente o uso real da arma, é o ponto central dessa estratégia. A credibilidade da dissuasão depende não apenas da confiabilidade da arma, mas também da convicção de que o detentor estaria disposto a empregá-la quando necessário (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 366).

A coerção, também conhecida como "indução coercitiva", engloba duas dimensões intimamente relacionadas: dissuasão e competência. A dissuasão visa evitar que alguém tome uma determinada ação, criando a expectativa de que os custos prováveis dessa ação sejam maiores do que os benefícios esperados. A dissuasão é uma questão de intenções e percepções, geralmente é passiva e abrangente, e por si só não acarreta consequências letais para a parte dissuadida. Já a competência, por sua vez, pode ou não ter consequências letais; é direcionado, ativo e busca obrigar um adversário a tomar uma determinada ação ou a cessar uma atividade específica (TILL, 2018, p. 376).

A potência nuclear, portanto, implementará uma manobra dissuasiva efetiva, revelando quais interesses vitais estão cobertos pela dissuasão. As capacidades físicas da arma são complementadas pelos discursos estratégicos que a acompanham. Além disso, uma estratégia declaratória antecede a estratégia operacional, que seria empregada apenas em caso de falha da dissuasão. Essa estratégia declaratória tem como objetivo orientar o comportamento do adversário e de prevenir possíveis erros de cálculo (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 366).

Friedman (1946-), em sua obra *Seapower as Strategy*, escreveu:

O objetivo da nossa esquadra (EUA) é influenciar eventos no exterior. Para isso, os nossos navios devem ser capazes de impor danos significativos aos alvos terrestres. Eles devem ser capazes de interditar a navegação estrangeira e, mais geralmente, negar o mar a um inimigo. Essas capacidades se aplicam à missão de presença tanto quanto ao combate real; as marinhas provavelmente influenciam os eventos mais frequentemente por ameaças tácitas do que por combate real (FRIEDMAN, 2001, p. 233, tradução nossa<sup>6</sup>).

---

<sup>6</sup> Do original: The purpose of our fleet is to influence events abroad. To do that, our ships should be able to

Collin Gray (1943-2020), em sua obra *The Leverage of Seapower*, destacou que as potências globais, que possuíam dependência das vias marítimas para a manutenção de seu comércio internacional, costumavam negligenciar suas defesas marítimas em tempos de paz.

Há um padrão que se repetiu ao longo de séculos, no qual as potências marítimas democráticas, ou relativamente democráticas, com foco no comércio, optaram por negligenciar suas defesas em tempos de paz. Elas enfrentaram alguns contratempos militares no início de um conflito e, posteriormente, utilizando-se do controle marítimo, organizaram e mobilizaram uma coalizão esmagadoramente superior em termos materiais para derrubar ou profundamente desencorajar um aspirante à hegemonia continental (GRAY, 2005, p. 284).

A mobilidade do poder marítimo se traduz como uma agilidade inerente que o comando marítimo pode explorar para alcançar a surpresa. Por sua natureza, as forças navais são forças de manobra. A surpresa no mar, tanto em termos de origem como de alvo, é facilitada pelo fato de as forças navais não serem canalizadas em seus eixos de ameaça como as forças terrestres são por obstáculos naturais e artificiais. Além disso, a natureza marítima permite que forças navais hostis aumentem a viabilidade da surpresa. É tradicional falar de rotas, trajetos e LCM, mas essas noções territoriais e geométricas levam a interpretações equivocadas quanto à dificuldade de localizar navios, com precisão, na vastidão dos oceanos (GRAY, 2005, p. 286).

A obtenção de surpresa estratégica e tática tende a ser mais fácil no mar do que em terra, devido à variedade de rotas que os navios podem tomar, em contraste com as limitações dos exércitos. A surpresa é ainda mais viável no ambiente marítimo e seus benefícios táticos e possivelmente estratégicos podem ser extremamente devastadores. Em situações desfavoráveis, uma esquadra geralmente não possui locais fortificados nos quais possa se retirar rapidamente e com segurança. Além disso, a menor quantidade de unidades de combate principais na guerra naval, em comparação com a guerra terrestre, significa que um número reduzido de lançamento de armas pode reverter completamente um equilíbrio naval específico (GRAY, 2005, p. 287).

Frequentemente, o poder marítimo superior tem trabalhado estrategicamente para unir países geograficamente distantes para a condução da guerra como uma empreitada de

---

impose meaningful damage on land targets. They should be able to interdict foreign shipping and, more generally, deny the sea to an enemy. These capabilities apply to the presence mission as much as to actual combat; navies probably influence events more often by tacit threats than by actual combat.

coalizão. O papel mais crucial para a vitória final tem sido o de unir os esforços de guerra de estados marítimos e continentais atuando em conjunto. Os oceanos podem conectar ou dividir, dependendo de quem os comanda. O impacto do poder marítimo britânico e, posteriormente, anglo-americano durante a guerra de 1939 a 1945 não se restringiu apenas aos ativos marítimos de combate e mercantes desses países, ou, de forma mais ampla, ao valor abstrato do poder marítimo. Em vez disso, o foco está nos ativos navais e mercantes gerados pelas economias nacionais específicas e pelas comunidades de segurança que eles expressavam e conectavam. O poder marítimo anglo-americano, com seu componente de poder aéreo, mobilizou um mundo armado contra a fortaleza europeia superada de Hitler (GRAY, 2005, p. 288).

Mesmo que uma potência naval continental busque apenas ter como objetivo negar o uso do mar ao seu inimigo marítimo, alcançar esse objetivo limitado pode ser verdadeiramente decisivo. Espanha, França e Alemanha, sucessiva e repetidamente, falharam em resolver os problemas marítimos impostos pela Grã-Bretanha durante os conflitos. Eles poderiam ter tido sucesso. Em princípio, embora ainda não na prática, a busca da *guerre de course* (guerra de corso<sup>7</sup>) era uma estratégia sólida para uma marinha de segunda classe. No entanto, a experiência britânica em duas ocasiões no século XX sugere aos prudentes que o ataque ao comércio tem a capacidade de derrotar uma potência marítima. Se os oceanos conectam uma máquina de guerra geralmente superior ou se eles dividem "ilhas" de recursos para a guerra que não conseguem projetar seu poder, depende da capacidade de uma coalizão marítima de manter os mares seguros (GRAY, 2005, p. 289).

A definição britânica descreve "negação do mar" como a condição em que um oponente é impedido de usar uma área marítima para seus próprios propósitos, embora não seja um controle total do mar. Nesse caso, o objetivo não é utilizar o mar para si mesmo, mas sim impedir que o inimigo o faça. Stansfield Turner (1923-2018) considerava essa estratégia como uma forma de guerrilha no mar. O comandante naval que busca negar o mar ataca em um momento e em um local de sua escolha, buscando alcançar máxima surpresa. Em vez de enfrentar o inimigo de frente, ele ataca e se retira. Dessa forma, uma força notavelmente inferior pode frustrar com sucesso uma força superior (TILL, 2018, p. 193).

A negação do mar funciona de duas maneiras. A primeira pode ser uma alternativa ao

---

<sup>7</sup> Guerra de corso tem como alvo o transporte marítimo inimigo (WEDIN, 2015, p. 186).

controle do mar e uma segunda forma de uso seria a negação do mar atuando como um complemento ao controle do mar (TILL, 2018, p. 194).

Essas concepções intrinsecamente "competitivas" de controle do mar e de negação do mar, na verdade são complementares em vez de serem opostas. Ambas devem ser levadas em consideração de maneira adequada pelos planejadores navais. No entanto, são questões complexas que podem ser facilmente mal interpretadas. A forma como são interpretadas e implementadas, e o tipo de forças que parecem justificar sua aquisição, poderão variar de acordo com as circunstâncias estratégicas de marinhas. O equilíbrio que as marinhas alcançam entre negação do mar e controle do mar será principalmente determinado pela sua força em relação à suposta oposição e pelas condições geoestratégicas que se aplicam em áreas específicas de preocupação. É evidente, pelo menos, que seria errado argumentar, como alguns fizeram na década de 1990, que qualquer um desses conceitos perdeu sua importância tradicional na estratégia marítima (TILL, 2018, p. 197).

### 3.2 O Desenvolvimento da Arma Submarina

Nesta seção, será apresentado de maneira cronológica, o emprego dos submarinos, a fim de descrever o desenvolvimento desta plataforma no transcurso do tempo. As análises serão feitas durante importantes eventos. Serão abordados, inicialmente, episódios que ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial, que marcou a comprovação da eficiência dos submarinos. Durante esse conflito, eles demonstraram sua capacidade de causar danos significativos às esquadras inimigas, operando de forma furtiva e lançando ataques surpresa.

O valor estratégico, dos submarinos, se consolidou no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Tanto os países aliados quanto os do Eixo utilizaram submarinos para uma série de tarefas como patrulhamento, escolta de comboios, minagem e ataques diretos a navios inimigos. Durante esse período, os submarinos aperfeiçoaram suas capacidades de imersão, armamentos, velocidade e alcance, tornando-se armas de elevada capacidade de destruição.

Com o advento do submarino nuclear de ataque (SSN), durante a Guerra Fria, os submarinos desempenharam importantes funções estratégicas. Eles passaram a realizar missões mais complexas e variadas, que iam além do simples ataque.

Os SSN, equipados com sistemas avançados de propulsão e de armamentos, eram capazes de realizar diversas tarefas.

### 3.2.1 Primeira Guerra Mundial

Desde a Primeira Guerra Mundial, a utilização dos submarinos evoluiu em termos de tecnologia e emprego (tático e estratégico). Eles passaram de meios navais, que causaram impacto significativo em batalhas navais, para submarinos altamente avançados e multifuncionais. Passaram a ser capazes de desempenhar uma ampla gama de missões.

O submarino foi o pioneiro como um sistema de armas tecnologicamente "furtivo". Seu valor substancial e até mesmo sua característica de ocultação residem na capacidade de permanecer invisível, e grande parte da tecnologia submarina é projetada para preservar essa invisibilidade frente a métodos cada vez mais sofisticados de detecção submarina. As táticas e as doutrinas submarinas são frequentemente baseadas nessa qualidade de furtividade. Curiosamente, o comandante de um submarino deve abrir mão desse sigilo para realizar a maioria de suas missões. Por exemplo, um submarino revela sua presença ao atacar seu alvo. Logo, um comandante bem-sucedido deve mesclar a habilidade de se camuflar com a disposição de abandonar essa proteção de ocultação no momento do combate. Essa troca entre preservação e eficácia em batalha é essencial para as táticas e o design submarino (FRIEDMAN, 1984).

Um submarino típico da Primeira Guerra Mundial, como o U-111 de 1917 (adquirido pelos Estados Unidos após a guerra), podia alcançar uma velocidade de 16,4 nós na superfície e 8,4 nós submerso, sendo que a última velocidade era mantida por apenas uma hora com a bateria. Sua velocidade mantida submersa era menor, 5 nós por 10 horas. Nenhum comandante de submarino gostaria de esgotar voluntariamente suas baterias ao operar em velocidade mantida submersa por todo o período de dez horas. Sempre era necessário manter uma reserva de energia elétrica suficiente para lidar com qualquer emergência, como um ataque antissubmarino. Quanto maior o excesso de flutuabilidade, maior a velocidade mínima necessária, o que resultava em maior consumo das baterias e, taticamente, maior a frequência de recarregamento (FRIEDMAN, 1984).

Os submarinos defensivos da *Royal Navy* em *Yarmouth* e *Lowestoft* realizaram incursões quando os cruzadores de batalha alemães bombardearam esses portos em 1914 e 1916. No evento de 1916, os alemães possivelmente interromperam seu ataque ao avistarem um submarino britânico emergindo e se preparando para disparar. Posteriormente, a *Royal Navy* descreveria os submarinos no porto como a principal defesa britânica contra os

bombardeios costeiros. Os próprios ataques alemães foram viabilizados pelo fato de a *Royal Navy* não conseguir manter um bloqueio próximo das bases navais alemães, em grande parte devido a sua própria percepção da ameaça submarina representada pelos *U-boats*<sup>8</sup> e pelas minas (FRIEDMAN, 1984).

Durante o período de 1914 a 1918, a *Royal Navy* teve praticamente que abandonar áreas do Mar do Norte próximas às bases navais alemães, onde os *U-boats* operavam, e adotou uma estratégia de bloquear as saídas do Mar do Norte. Por esse motivo, *Scapa Flow* foi escolhida como base de guerra da Grande Esquadra, em vez das bases tradicionais como *Portsmouth*. A ameaça de ataques submarinos teve um forte impacto nas operações da Esquadra Britânica. Apesar de um número relativamente baixo de navios de guerra ter sido realmente afundado por *U-Boats*, a grande surpresa da guerra foi a campanha submarina alemã direcionada ao transporte marítimo do Reino Unido (FRIEDMAN, 1984).

Os alemães tiveram que tomar uma decisão entre a densa área de navegação ao redor das Ilhas Britânicas e as operações em áreas mais distantes. Eles raramente operavam em mar aberto onde, simplesmente, encontrar alvos seria mais difícil. Em vez disso, eles posicionaram submarinos de alcance médio em 12 estações de patrulha nas Rotas Ocidentais em direção às Ilhas Britânicas. Submarinos de menor alcance operavam no Canal da Mancha e no sul do Mar do Norte. Em 1917, também havia cruzadores capazes de navegar até a costa leste dos Estados Unidos e Dakar, na África Ocidental. Na guerra de tonelagem, o que contava era a quantidade de toneladas de navios mercantes afundados por submarino. Quanto mais próxima a área de patrulha da base alemã, mais tempo um submarino poderia permanecer em posição. Além disso, submarinos menores eram mais eficientes (FRIEDMAN, 1984).

Assim como a campanha dos submarinos na Primeira Guerra Mundial serviu de protótipo para a Segunda Guerra Mundial, o contra-ataque aliado exibiu, em sua forma embrionária, uma gama completa de ideias que seriam desenvolvidas posteriormente. Em relação à guerra antissubmarino britânica, foi evidenciado um conflito básico nas táticas navais: a preferência por táticas ofensivas, apesar da aparente eficiência das táticas defensivas. Essa preferência tem sido frequentemente culpada pelo atraso na adoção da estratégia de comboios até 1917. No entanto, pode-se considerar uma coincidência feliz o fato de que, precisamente quando armas eficazes de guerra antissubmarino, como as cargas de

---

<sup>8</sup> *U-boats*: Submarinos alemães.

profundidade, tornaram-se disponíveis, as táticas de comboios foram adotadas. Isso é especialmente relevante, considerando que a história inicial da guerra antissubmarino na Segunda Guerra Mundial sugere que escoltas ineficazes de comboios não foram capazes de prevenir perdas significativas. Além disso, deve-se observar que a estratégia dos alemães de minagem foi prejudicada pela ineficácia das armas até o final de 1917 (FRIEDMAN, 1984).

As estratégias fundamentais do Reino Unido consistiam em restringir a mobilidade dos submarinos alemães, desviar as rotas de navegação das posições dos *U-Boats* conhecidas e impedir que os submarinos tivessem acesso ao tráfego marítimo, por meio de uma combinação de bloqueio e comboio. Além disso, havia uma estratégia secundária que buscava aproximar os submarinos alemães das forças de *antisubmarine warfare* (ASW). Tanto o comboio quanto a tática de atrair os *U-Boats* para as forças ASW, compartilhavam elementos dessa estratégia, como forma de superar a falta de um sistema confiável de detecção de submarinos (FRIEDMAN, 1984).

Os submarinos eram limitados em sua mobilidade, podendo se movimentar apenas na superfície, onde ficavam expostos a observações e a ataques. No início da Primeira Guerra Mundial, os submarinos tinham uma silhueta pequena o suficiente e uma posição vantajosa em seus periscópios, o que geralmente lhes permitia avistar navios na superfície antes de serem detectados. No entanto, a introdução de aeronaves e de meios especializados em ASW mudou essa dinâmica de forma significativa. A capacidade dos observadores aéreos de cobrir grandes áreas a partir de uma posição elevada tornou as áreas não observadas, pelo menos próximas à costa britânica, uma exceção em vez de uma regra. Essa ideia foi ampliada com o uso de balões de observação rebocados por navios de superfície. Por sua vez, os submarinos britânicos submersos se tornaram efetivamente invisíveis. Um comandante de *U-boat* precisava aceitar que eles poderiam estar em qualquer lugar de sua área de patrulha. Portanto, ele tinha que permanecer submerso (invisível) durante o dia ou adotar manobras rápidas em zigzag<sup>9</sup>, assim como um navio na superfície. A partir de 1915, a guerra antissubmarino se tornou a principal missão dos submarinos britânicos, levando ao desenvolvimento de classe especializada. Os britânicos se frustraram com o número de avistamentos de *U-boats* que não resultaram em ataques, mas a ameaça de um inimigo invisível parece ter tido um forte impacto psicológico na própria força de *U-boats*. As únicas contramedidas eficazes foram o

---

<sup>9</sup> Zigzag: Manobra realizada pelo submarino que consiste em mudanças de rumo em um intervalo de tempo.



uso de minas, que afundaram vários submarinos britânicos, e a tática de mergulhar ao avistar um periscópio inimigo. A guerra antissubmarino era considerada tão importante que uma flotilha de embarcações dos EUA se juntou à força britânica após 1917. No total, os submarinos de patrulha britânicos afundaram 17 *U-boats* (FRIEDMAN, 1984).

### 3.2.2 Segunda Guerra Mundial

Ao abordar a utilização dos submarinos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), destaca-se a importância da "Batalha do Atlântico". De acordo com o Almirante VIDIGAL (2009), essa batalha foi considerada o evento bélico mais crucial do conflito. Essa avaliação foi feita pelos líderes responsáveis por sua condução estratégica, mesmo antes de seu desfecho. O próprio primeiro-ministro Winston Churchill, em sua obra "História da Segunda Guerra Mundial", afirmou que a Batalha do Atlântico foi o momento em que ele mais temeu pelo destino do Império Britânico e que nada o assustou mais do que o perigo representado pelos submarinos alemães. Da mesma forma, o presidente Franklin D. Roosevelt, mesmo enfrentando ataques diretos do Japão no Pacífico, manteve como objetivo primordial vencer a Alemanha primeiro, concentrando seus esforços no fortalecimento da defesa do Atlântico.

A magnitude e as características do que viria a ser a maior e mais longa batalha de toda a Segunda Guerra Mundial não estavam claras em 1939. Nenhuma das principais potências, envolvidas no conflito, havia desenvolvido um plano de guerra abrangente para esse cenário, muitas vezes repetindo condições da guerra anterior de 1914-1918. A questão era que, naquela guerra, o poder aéreo, os submarinos e os sistemas de detecção remota não haviam sido empregados em grande escala, como seria o caso desta vez. A guerra submarina sem restrições, por exemplo, havia sido proibida como forma de combate devido a um dos anexos do Tratado de Versalhes, assinado em 1919. Na verdade, nenhuma das principais potências havia investido significativamente na arma submarina. Os submarinos ainda eram vistos, principalmente, como uma arma defensiva e, pior ainda, pouco honrosa. Além disso, seu alcance era considerado limitado, restringindo-se às águas costeiras do inimigo (VIDIGAL, 2009).

Conforme o Almirante Vidigal (2009), a Alemanha considerava a guerra naval como uma das formas possíveis de asfixiar a Grã-Bretanha, atacando seu comércio, principalmente

entre seus domínios e a metrópole. Em 1938, as ilhas britânicas dependiam da importação de mais de um milhão de toneladas de alimentos e matérias-primas por mês. A capacidade de interromper esse comércio, prejudicando o esforço de guerra e causando um impacto significativo no moral da população, era um objetivo da Marinha alemã, conhecida como *Kriegsmarine*. No entanto, apesar de cientes dessas vulnerabilidades, a *Kriegsmarine* não conseguiu estabelecer uma estratégia de ação clara dentro do plano de guerra alemão. Além disso, até pelo menos 1942, havia uma notável prevalência das concepções anteriores de guerra dentro do comando supremo da *Kriegsmarine*, que se baseava na ideia da Esquadra de Alto-Mar, como era defendida pelo almirante Alfred Tirpitz (1849-1930) (VIDIGAL, 2009).

Na visão de Hitler e do comando militar em geral, engajar-se em uma poderosa batalha naval contra as forças britânicas resultaria no afundamento das modernas unidades navais alemães, um custo muito alto para o Terceiro Reich. O impacto psicológico desse tipo de confronto era considerado tão significativo que era preferível deixar os navios em seus portos, como acabou acontecendo após os primeiros embates. Não havia sido planejado nenhum esquema de combate coordenado envolvendo as outras duas armas principais: submarinos e aviação. Diante dessa situação, surgiu a necessidade de buscar uma estratégia alternativa e inovadora para fortalecer a batalha travada no Atlântico, mesmo enquanto a Batalha da Inglaterra ainda estava em andamento (VIDIGAL, 2009).

Foi Karl Dönitz, comandante da força de submarinos alemães de 1935 a 1943 e posteriormente comandante-em-chefe da *Kriegsmarine* de 1943 a 1945, quem desenvolveu a nova estratégia naval alemã na Segunda Guerra Mundial. Dönitz abandonou desde cedo o foco nas grandes unidades de superfície e concebeu uma nova abordagem para o uso dos submarinos. Superando as táticas tradicionais de ataques solitários e emboscadas em áreas costeiras, Dönitz imaginou uma ação coletiva: o agrupamento de submarinos. Esses agrupamentos, chamados de "matilhas" (ou "*Wolfpacks*" em inglês), atacavam em conjunto durante a noite, utilizando tanto torpedos quanto fogo de artilharia de superfície contra os navios comerciais inimigos. O ataque noturno, mesmo com os submarinos na superfície, dificultava a detecção por parte do inimigo. Mais tarde, a introdução do radar mudaria essa dinâmica. Além disso, as matilhas deveriam procurar o inimigo em alto-mar, abandonando as áreas costeiras densamente povoadas por navios inimigos e patrulhadas pela aviação costeira (VIDIGAL, 2009).

Na visão do alto comando alemão, o embate direto contra a Marinha Britânica era

considerado um risco muito alto devido à possibilidade de afundamento das modernas embarcações alemães. Essa percepção levou à decisão de deixar os navios alemães em seus portos, em vez de buscar enfrentar diretamente as forças britânicas. Após essa decisão, os submarinos foram empregados em alto-mar. Essa região, mesmo sem o emprego direto das embarcações de superfície mais modernas da *Kriegsmarine*, não poderia deixar de ser patrulhada. Nessa fase, os submarinos em virtude de suas características intrínsecas, de ocultação e surpresa, passaram a ter papel fundamental no esforço de guerra alemão.

Mesmo com a rápida adoção dos comboios pelos britânicos, uma estratégia que havia sido utilizada durante a Primeira Guerra Mundial, mostrou-se ineficaz diante das táticas da "matilha" de Dönitz. Na realidade, os comboios acabaram potencializando a capacidade de ataque dos *U-Boats*. Frequentemente, os submarinos se infiltravam no meio do comboio durante a noite e lançavam ataques de diferentes posições, tornando a ação dos navios escoltas mais difíceis. Os escoltas eram forçados a perseguir os primeiros submarinos visíveis, deixando a formação do comboio e causando confusão. Isso permitia que os demais membros da matilha agissem livremente contra os navios desorganizados e em fuga (VIDIGAL, 2009).

No entanto, a implementação dessa estratégia variava de acordo com as características e as doutrinas navais de cada potência. O Reino Unido, por exemplo, confiava no uso da aviação, que havia demonstrado seu valor na Batalha da Inglaterra, e em sua extensa esquadra de navios de superfície como principais ferramentas para conter a ofensiva alemã. Por outro lado, o Terceiro Reich, após uma fase inicial de incertezas, buscava maximizar a eficácia de sua arma altamente temível, conforme afirmou Churchill: o submarino (VIDIGAL, 2009).

Os alemães dedicaram-se a aprimorar a construção de submarinos, mesmo em detrimento da aviação e dos foguetes, e desenvolveram uma estratégia única para sua utilização, impulsionada pelo almirante Karl Dönitz, o que culminou na chamada Doutrina Dönitz de emprego dos submarinos. Além disso, os alemães conseguiram desenvolver tecnologia própria e inovadora, permitindo que os submarinos fossem cada vez mais autônomos na navegação oceânica, ampliando os períodos de operação em alto-mar e submersos. As práticas de abastecimento autônomo, como as chamadas "vacas leiteiras"<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> "Vacac leiteiras" eram submarinos que transportavam suprimentos para os submarinos operativos, transferidos em alto-mar.

também desempenharam um papel fundamental para o emprego bem sucedido da arma submarina alemã (VIDIGAL, 2009).

A estratégia alemã, como força desafiante, consistia em utilizar bases ao longo da costa ocupada da França, como o golfo de *Biscaia*, *Lorient*, *St. Nazaire*, *Brest* e *Bordéus*, como pontos de partida para uma penetração profunda no Oceano Atlântico. Através dessas bases, os submarinos alemães visavam prejudicar o transporte marítimo britânico proveniente do Cabo da Boa Esperança e de *Freetown* (comboios vindos das Índias e da África do Sul), que eram vitais para a sobrevivência do Reino Unido. No entanto, as limitações técnicas da época impunham obstáculos. A penetração alemã no Atlântico era limitada pela dificuldade de abastecimento das unidades submarinas. Por sua vez, a defesa britânica, que mais tarde seria apoiada pelos países aliados, dependia da cobertura fornecida por contratorpedeiros e pela aviação costeira para combater os submarinos, sem se expor demasiadamente à aviação costeira alemã sediada na Bélgica ou na costa francesa (VIDIGAL, 2009).

Muitos desenvolvimentos táticos e estratégicos durante o período da segunda guerra mundial foram surpreendentes, exigindo grandes esforços de adaptação e resposta de ambos os lados. Após a Batalha da França, a costa atlântica se tornou aberta para as operações alemães, o que colocou a força de submarinos em uma posição estratégica vantajosa. Os submarinos alemães conseguiram romper as restrições impostas pelos estreitos dinamarqueses e superaram as barreiras instaladas pelos britânicos no Canal da Mancha, como as intensas minas navais. Com livre acesso ao Oceano Atlântico, cerca de 750 quilômetros ao sul do Mar do Norte, os alemães iniciaram a produção em massa de submarinos de nova geração, capazes de realizar ações prolongadas em águas abertas e sem as limitações das áreas costeiras. Naquele período, a capacidade dos submarinos alemães de operar em alto-mar por períodos extensos, representava um risco direto para as rotas de navegação britânicas provenientes do Sul, como Cingapura, Bombaim, Cabo e Serra Leoa. A batalha tornava-se, definitivamente, uma luta no Atlântico, além do Mar do Norte e do Atlântico Norte (VIDIGAL, 2009).

### 3.2.3 Guerra Fria

Após o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, teve início uma nova era de avanços na guerra naval, marcada pelo surgimento do submarino nuclear (SSN).

A Marinha dos Estados Unidos conseguiu desenvolver uma ampla variedade de tecnologias e tipos de submarinos após 1945. Apenas o Reino Unido e a França foram capazes de conseguir desenvolver submarinos nucleares neste período. A Holanda buscou assistência nuclear com os EUA, porém os americanos não ofereceram esse auxílio. Assim, logo após conseguir desenvolver submarinos nucleares, a Marinha dos Estados Unidos tomou a decisão de abandonar a construção de submarinos convencionais. Outras marinhas que não possuíam acesso à tecnologia nuclear, como Suécia e Alemanha, realizaram avanços nos seus respectivos submarinos convencionais, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. França, Itália, Japão e Holanda também desenvolveram projetos domésticos de submarinos a diesel, mas, em geral, foram menos inovadores (FRIEDMAN, 1984).

O termo "submarino" por si só significa sigilo e letalidade. Dos armamentos navais utilizados atualmente, nenhum é tão eficaz ou perigoso quanto o submarino nuclear de ataque (SSN). Desde a sua criação há aproximadamente quarenta anos nos Estados Unidos, o SSN se tornou a arma mais temida nos oceanos do mundo. A versão moderna do SSN é uma plataforma capaz de se ocultar sob 70% da superfície global o que potencializa suas capacidades (CLANCY, 1993).

O suporte às forças-tarefa manteve-se uma questão importante mesmo após o desaparecimento dos navios de vigilância, porém passou por uma mudança de ênfase, deixando o combate antiaéreo e voltando-se para a detecção e o combate a submarinos, aproveitando a vantagem acústica inerente ao sonar de um submarino submerso. Antes do surgimento dos submarinos nucleares, essa forma de emprego era impensável. Entretanto, já em 1952, um estudo realizado nos Estados Unidos para avaliar as vantagens no emprego da energia nuclear nesse meio naval, concluiu que um submarino nuclear rápido poderia complementar ou até mesmo substituir as escoltas antissubmarino das forças-tarefa (FRIEDMAN, 1984).

Alguns estudiosos, buscando a compreensão do emprego dos SSN da URSS, utilizaram a teoria de uma 'fortaleza'. Essa teoria entendia que o objetivo soviético era manter, todas as forças ocidentais (navais, aéreas e submarinas), fora de suas fortalezas no Norte e no Pacífico. Outros argumentaram, que as operações anti porta-aviões, continuaram sendo a prioridade da URSS porque os porta-aviões possuíam aeronaves capazes de transportar armas nucleares (FRIEDMAN, 1984).

Durante a década de 1960, os soviéticos possuíam um número significativo de

submarinos nucleares de ataque rápidos, capazes de enfrentar as forças-tarefa de porta-aviões. Isso levou ao desenvolvimento de novas estratégias para lidar com essa ameaça. Uma dessas estratégias, conhecida como apoio direto, foi discutida ao longo dos anos e finalmente se tornou uma técnica operacional. As operações modernas de apoio direto tiveram início na Sexta Frota dos Estados Unidos, que enfrentava desafios acústicos no Mediterrâneo, no final da década de 1960. Nessa mesma época, foi projetado um novo submarino nuclear extremamente rápido, posteriormente conhecido como Los Angeles, com o objetivo específico de atuar como escolta dos grupos de batalha de porta-aviões. Posicionado à frente de um grupo de batalha, um submarino rápido tem a capacidade teórica de detectar submarinos inimigos a longas distâncias. Ele pode então engajá-los diretamente ou, de forma potencialmente mais eficiente, direcionar aeronaves baseadas em navios ou aeronaves de patrulha de longo alcance que também estejam operando em apoio direto (FRIEDMAN, 1984).

Os submarinos nucleares de ataque (SSN) da classe Los Angeles alcançaram com êxito o objetivo de atingir altas velocidades. Além disso, eles foram considerados os submarinos de ataque mais silenciosos já criados durante o início da década de 1970. Posteriormente, uma série abrangente de armamentos submarinos foi introduzida, incluindo as novas versões do torpedo Mk 48, o míssil antinavio Harpoon e três variantes do míssil Tomahawk para ataques nucleares terrestres, uso antinavio e ataques terrestres convencionais. Essas inovações, juntamente com a adição de um sistema de lançamento vertical e a capacidade de armazenamento para doze mísseis Tomahawk nos submarinos da classe Los Angeles, conferiram aos SSN dos Estados Unidos uma versatilidade sem precedentes em uma ampla gama de missões. O almirante Rickover (1900-1986), quando apresentou pela primeira vez a proposta do submarino nuclear de ataque Nautilus na década de 1950, não poderia sequer imaginar tais possibilidades (CLANCY, 1983).

No início dos anos 1970, a introdução de mísseis antinavio lançados submersos pelos soviéticos fez com que fosse reconsiderado o emprego dos SSN, especialmente no apoio e escolta de navios de superfície. Esses eventos impactaram em mudanças significativas na guerra antissubmarino. Até então, a Marinha dos Estados Unidos e a Marinha Real Britânica adotavam abordagens distintas nessa área. A Marinha dos Estados Unidos implantava seus SSNs de forma independente, afastados das forças de superfície, usando principalmente o sonar passivo para detectar contatos inimigos. Por outro lado, a Marinha Real Britânica concentrava-se na estratégia conhecida como "Combinação de Navio de Ligação/SSN", na qual

um SSN ficava à frente de uma força de superfície e empregava seu sonar ativo de alta potência para busca de contatos (HENNESSY; JINKS, 2016).

A principal plataforma de Guerra Antissubmarino é, e provavelmente continuará sendo, outro submarino. As razões para isso são definidas pela vantagem básica do submarino sobre outras plataformas antissubmarino. Fatores ambientais definem a capacidade do submarino de se ocultar. A temperatura da água, a localização das camadas de termoclina, variações na salinidade e fontes de ruído ambiente fazem parte do cenário tridimensional do submarino. O submarino vive nesse meio e o monitora constantemente. Assim como mísseis antiaéreos baseados em terra e armas antiaéreas podem dificultar, mas não negar o uso do céu pelas aeronaves, os navios de superfície não podem controlar as profundezas do mar. Esse é o trabalho do SSN (HENNESSY; JINKS, 2016).

### 3.3 Descrição do Emprego do Submarino Nuclear pela *Royal Navy* nas Malvinas

O propósito desta seção é examinar o emprego dos submarinos nucleares pelo Reino Unido durante a campanha das Ilhas Malvinas. O principal objetivo é compreender o emprego dessa arma durante o conflito das Malvinas, tendo como foco as perspectivas da negação do uso do mar e da dissuasão. Dessa forma, busca-se um melhor entendimento do importante papel desempenhado pelos SSN na vitória britânica no conflito das Ilhas Malvinas.

No ano de 1982, a Argentina era governada por uma junta militar e atravessava uma crise política e social de grandes proporções. Em 30 de março daquele ano, uma manifestação popular de grande vulto ocorreu na *Plaza de mayo*, representando uma das maiores mobilizações contra a junta militar que governava o país. No dia seguinte, o jornal *La Prensa*, afirmou que apenas um conflito externo poderia salvar o governo. Em 2 de abril, os argentinos invadiram as Malvinas criando uma situação que levaria à luta armada (VIDIGAL, 2009).

No dia 28 de março de 1982, forças navais argentinas deixam Porto Belgrano pela manhã, organizadas em duas forças-tarefa (FT): A FT-40, força-tarefa anfíbia, com a missão de realizar o desembarque anfíbio nas Ilhas *Malvinas*, constituída por 2 contratorpedeiros tipo 42, o *Santíssima Trinidad* e o *Hércules*; 2 Fragatas tipo A-69, a *Drummond* e a *Granville*; um submarino tipo *Guppy*, o *Santa Fé*; um Navio de desembarque de carros de combate (NDCC), tipo LST, o Cabo *San Antonio*; um quebra-gelo, o Almirante *Irizar* e um navio-transporte, o *Isla de los Estados*; e a FT-20, força de apoio, com a tarefa de dar apoio à força-tarefa anfíbia,

constituída pelo navio-aeródromo ligeiro, o *Veintecinco de Mayo*; 3 contratorpedeiros tipo *Allen Summer*, o *Bouchard*, o *Piedrabuena* e o *Segui*; um contratorpedeiro classe *Gearing*, o *Py*; um navio petroleiro de esquadra, o *Punta Medanos*; e um rebocador, o *Sobral*. A invasão das Malvinas, pelos argentinos por meio da operação *Rosário*, ocorreu em 2 de abril de 1982 (VIDIGAL, 2009).

A primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher (1925-2013), ao tomar conhecimento da invasão argentina às ilhas Malvinas anunciou que as ilhas seriam retomadas pelos britânicos e que teria início a operação *Corporate* (VIDIGAL, 2009).

Os militares argentinos, ao analisarem quais ações deveriam adotar contra os SSN do Reino Unido, tinham a convicção de que muito pouco podiam fazer contra eles. O alcance dos sonares argentinos era menor do que o alcance dos torpedos dos submarinos da Royal Navy (VIDIGAL, 2009).

No dia 07 de abril de 1982, o Ministério da Defesa britânico anunciou o estabelecimento de uma Zona de Exclusão Total (ZET), de 200 milhas de raio em torno das ilhas Malvinas. Essa ZET seria efetiva a partir de 12 de abril daquele ano. Os britânicos também anunciaram que 4 SSN estariam na área de exclusão total e dariam efetividade à essa ação (VIDIGAL, 2009).

A divulgação pelo governo do Reino Unido, de forma ostensiva, da presença de submarinos nucleares britânicos na área das Ilhas Malvinas foi uma tentativa de impedir que a Marinha Argentina violasse a ZET. Essa declaração, feita pelos britânicos, foi suficiente para manter os navios mercantes argentinos afastados das Ilhas Malvinas (HARPER, 2014).

O GT constituído pelo CL ARA *General Belgrano* e pelos 2 contratorpedeiros foi detectado no dia 02 de maio de 1982, pelo SSN *Conqueror*. Após pedir e obter permissão para atacar o *Belgrano* que estava a 36 milhas fora da ZET foi torpedeado e afundou (VIDIGAL, 2009).

O afundamento do navio, com a perda de 323 homens de uma guarnição de 1093, veio reforçar o temor argentino da impossibilidade de lidar com submarinos nucleares; a decisão, a partir daí, de não mais empregar a sua força naval de superfície decorre, possivelmente, do entendimento de sua vulnerabilidade e de que o seu emprego não seria decisivo; receosos de uma possível intervenção chilena, preferiram preservar a frota, confinando seus navios aos portos ou à orla marítima (VIDIGAL, 2009).

Os submarinos desempenharam um papel importante no conflito das Malvinas,



mantendo um bloqueio bem-sucedido das Ilhas e forçando a Marinha Argentina a permanecer dentro de seus próprios limites territoriais a partir do momento em que a Zona de Exclusão Total foi estabelecida até o final do conflito. Além disso um SSN afundou um dos Navios argentinos (HENNESSY; JINKS, 2016).

O submarino nuclear mostrou toda a sua capacidade como instrumento de guerra, não só pelas baixas que causou (o CL Belgrano), mas também por tirar do campo de batalha a força naval argentina, convencida de não ter meios para se opor. Os planejadores navais não podem perder de vista a importância dessa poderosa arma de guerra que, simultaneamente, tem imensa capacidade dissuasória (VIDIGAL, 2009).

#### 4 PONTOS DE ADERÊNCIA ENTRE AS TEORIAS E O CASO REAL

Neste capítulo, abordaremos as estratégias navais com foco no emprego dos submarinos nucleares(SSN) pelo Reino Unido, durante o conflito das Ilhas Malvinas, para dissuadir e negar o uso do mar pelos argentinos no Teatro de Operações Marítimo (TOM).

Seguindo a perspectiva de Mahan, os submarinos nucleares de ataque (SSN) desempenhariam um papel importante do poder marítimo de um Estado que almeja possuir uma marinha forte e capaz de destruir a força naval inimiga, contribuindo na busca pelo domínio do mar. Seus conceitos, de domínio do mar e supremacia naval, influenciaram diversos Estados a desenvolverem suas Estratégias Marítimas.

Corbett abordou de forma abrangente o conceito de linhas de comunicação marítima (LCM) como um componente fundamental da estratégia naval. Para Corbett, o controle efetivo das LCM era considerado de extrema importância para o sucesso das operações navais, proporcionando segurança e eficiência para as atividades militares.

O emprego do SSN, proporciona um Estado ter a capacidade de proteger suas LCM ou não permitir que uma força antagônica tenha acesso as mesmas. O SSN possui, as características operacionais necessárias, para a implementação dessas ações nas LCM de maneira eficiente.

A possibilidade de desenvolver altas velocidades, autonomia, poder de fogo e ocultação, habilitam essa arma a ser um importante componente nas ações de proteção ou ataque às LCM.

Brodie foi um importante pensador da estratégia nuclear. Ele empregou frequentemente o termo *Deterrence* que possui o mesmo significado de Dissuasão. Brodie acreditava, que o domínio do armamento nuclear, era necessário para manter o status quo do sistema internacional.

Após a invasão das Ilhas Malvinas pelos argentinos, os primeiros meios navais a serem enviados pelo governo britânico ao TOM foram os SSN. O Reino Unido, após essa decisão, divulgou de forma ampla pelos meios de comunicação que os SSN estariam na ZET que foi implementada. Essa medida, de divulgação de forma ostensiva da presença de SSN no TOM pelo governo britânico, tinha como propósito implementar a Dissuasão fazendo com que a Argentina regressasse em suas ações nas Ilhas Malvinas.

Para Friedman, os meios navais deveriam ser capazes de interditar a navegação e negar o uso do mar ao inimigo. Essas capacidades se aplicariam tanto às ações de presença quanto ao emprego real.

Gray e Til também abordaram a importância de negar o uso do mar ao inimigo. Eles reconheceram que a capacidade de negar o uso do mar poderia ser decisiva em uma contenda.

Após a análise desses pensadores, observa-se que os SSN, segundo essas perspectivas, possuem dentre as possibilidades de emprego, a negação do uso do mar. Após o ataque do SSN *Conqueror* ao CL General Belgrano durante a Guerra das Malvinas em 1982, as linhas de comunicação marítima da Argentina foram significativamente afetadas.

O afundamento do CL General Belgrano resultou na perda de uma importante embarcação da Marinha Argentina e teve um impacto imediato nas operações navais do país. A Marinha Argentina reavaliou suas estratégias e limitou suas operações a áreas próximas à costa, temendo ataques adicionais e a perda de outros meios navais importantes.

O ataque, do SSN *Conqueror* ao ARA Belgrano, teve desdobramentos no que tange à negação do uso do mar ao inimigo. A Marinha Argentina não operou seus meios na ZET o que diminuiu a quantidade de materiais enviados por via marítima para as tropas argentinas que se encontravam nas Ilhas Malvinas. Destarte, a manutenção do esforço de guerra argentino foi prejudicada.

Dessa forma, os argentinos precisaram aumentar os esforços de guerra para tentar se contrapor à ameaça submarina britânica. O Reino Unido, por possuir o SSN, conseguiu implementar de forma eficaz a dissuasão e negação do uso mar, após a decisão da marinha argentina em utilizar seus meios navais em áreas afastadas da ZET por receio a novos ataques dos SSN britânicos.

## 5 CONCLUSÃO

O propósito desse trabalho, foi analisar e responder de que forma a *Royal Navy* utilizou os submarinos nucleares na guerra das Malvinas conforme a Estratégia Naval empregada pelo Reino Unido. O conflito das Ilhas Malvinas contribuiu para verificar a aplicabilidade da dissuasão e negação do uso do mar a partir do emprego do submarino nuclear de ataque (SSN) pelo Reino Unido.

A pesquisa, inicialmente, analisou os aspectos históricos das Ilhas Malvinas. Ao realizar esses estudos, foram identificadas contendas envolvendo o Reino Unido e a Argentina, que tinham por objetivo obter o domínio do arquipélago.

Tanto a Argentina quanto o Reino Unido recorreram à diplomacia nesses períodos de contenda. O principal órgão, utilizado por ambos os países, foi a ONU. Ao término dessa parte da pesquisa foi obtida uma melhor compreensão de que ambos (Argentina e Reino Unido) entendiam que o arquipélago possuía grande importância estratégica.

Continuando a investigação, foram estudadas as teorias estratégicas que seriam utilizadas como base de aderência para este trabalho. Foi examinado o desenvolvimento das teorias estratégicas, tendo como foco a estratégia nuclear e naval.

Foram abordados termos como dissuasão e negação do uso do mar, sob as perspectivas dos teóricos apresentados nessa parte do trabalho. Obteve-se um melhor entendimento do papel dos armamentos nucleares para a implementação da dissuasão e da negação do uso do mar.

Na sequência foi estudada a evolução dos submarinos, analisando a Primeira e Segunda Guerra Mundial, identificando o emprego desse meio naval tanto tática quanto estrategicamente.

Nas duas Guerras Mundiais, os submarinos convencionais (SSK) tiveram importante papel para a *Kriegsmarine*. A Alemanha conseguiu implementar dificuldades para o esforço de guerra britânico, nas duas Grandes Guerras, tendo destaque a Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, o submarino destacava-se como um importante meio da guerra naval. Porém, os submarinos convencionais que foram estudados nessa parte da pesquisa, possuíam limitações como autonomia, velocidade e armamentos. Alguns anos, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu o submarino nuclear de ataque (SSN) que superou tais limitações.

Essa nova concepção da arma submarina, extinguiu as principais limitações que os

submarinos convencionais possuíam. Concluiu-se, ao término dessa parte da investigação, que a posse de submarinos nucleares pelas potências mundiais, certamente, traria vantagens em virtude de sua capacidade operacional somada ao seu armamento e poder de destruição, obtendo a capacidade de implementar suas aspirações estratégicas.

Em seguida, os estudos foram direcionados ao emprego dos SSN da *Royal Navy* no conflito das Malvinas. O engajamento do CL General Belgrano pelo SSN *Conqueror*, foi um divisor de águas para continuidade da pesquisa.

Desde o início do conflito, o Reino Unido buscou a implementação da dissuasão. Após esse episódio, envolvendo o SSN *Conqueror* e o CL General Belgrano, a presença de um SSN no TOM foi ratificada.

As características da dissuasão, abordadas anteriormente, associadas à existência do fator credibilidade, estavam materializadas. Os britânicos, além de possuir os SSN, efetivamente os empregaram.

O ataque ao CL Belgrano pelo SSN *Conqueror* fez com que a Marinha Argentina, ao perceber as desvantagens na comparação de poderes combatentes, passasse a operar em águas costeiras e não mais na ZET. Essa decisão demonstrou que a busca pela negação do uso do mar aos argentinos pela *Royal Navy* foi alcançada com êxito.

Por conseguinte, os estudos foram feitos no intuito de verificar se havia aderência entre as teorias estudadas e o conflito das Ilhas Malvinas. Os pensadores, que foram abordados ao longo do trabalho, proporcionaram diferentes perspectivas estratégicas para o emprego dos SSN.

Dentre as teorias analisadas, teve-se como foco identificar se a implementação da dissuasão e da negação do uso do mar pelos SSN da *Royal Navy*, contra os argentinos no TOM das Malvinas, teve embasamento nas teorias apresentadas. O Reino Unido, quando empregou o SSN *Conqueror* contra o CL Belgrano implementou as concepções estratégicas do SSN de forma plena.

Os argentinos foram submetidos às demandas estratégicas dos britânicos, no que tange à dissuasão e à negação do uso do mar no TOM, pois entenderam que quaisquer ações navais, que realizassem para se contrapor aos SSN britânicos, seriam ineficazes.

Desta forma, após realizar a comparação entre teoria e realidade, concluiu-se que ocorreu aderência entre elas. Essa conclusão foi possível em virtude de as aspirações estratégicas britânicas no TOM terem sido obtidas com sucesso.

Assim, é relevante destacar que os pontos de aderência aqui investigados não esgotam o assunto.

Por fim, aparece a oportunidade de futuras análises quanto ao emprego do SSN, abordando eventuais atores externos ao Atlântico Sul, que poderiam empregar o SSN para dissuadir ou negar o uso do mar aos países que compõem essa parte do Oceano.

## REFERÊNCIAS

- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2010. 167 p.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. 5a edição. Brasília, DF. 2015.
- BRODIE, Bernard. *Strategy in the Missile Age*. Princeton University Press, Rand Corporation. New Jersey, 1959. 441 p.
- CARVALHO, Rogério do Nascimento. *A Influência britânica no Atlântico Sul: O Caso das Ilhas Malvinas*. Dissertação (Curso de Mestrado Profissionalizante em Estudos Marítimos), Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2017.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010. 410 p.
- CLANCY, Tom. *Submarine: A Guided Tour Inside a Nuclear Warship*. Nova York: Berkley Pub Group, 1993.
- CORBETT, Julian. S. *Some principles of maritime strategy*. Nova York: Dover Publications, 2004.
- DALLE, Rafael Diniz Mascarenhas. *A Guerra das Ilhas Falklands/Malvinas: quatro décadas de um conflito que ainda não chegou ao fim*. São Paulo: Editora Dialética, 2022. E-book.
- MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 447 p.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986. V.1 e 2.
- FRIEDMAN, Norman. *Submarine Design and Development*. Liverpool, UK: Butler & Tanner Ltd, 1984.
- FRIEDMAN, Norman. *Seapower as Strategy*. Annapolis: USNI, 2001.
- GRAY, Colin. *The Leverage of Sea Power: The Strategic Advantage of Navies in War*. New York: Free Press, 2005.
- TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 2018.
- VIDIGAL, Armando e Almeida; Francisco Eduardo Alves de Almeida. *Guerra no Mar: Batalhas e campanhas Navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2009.
- WEDIN, Lars. *Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Contra-Almirante (Refº) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, Capitão de Fragata

Gustavo Leite Cypriano Neves e Capitão de Fragata Paulo Roberto Blanco Ozório. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. Título original: *Maritime strategies for the 21st century: the contribution by Admiral Castex*.

HARPER, Steven. R. *Submarine operations during the Falklands war*. Pickle Partners Publishing, 2014.

HENNESSY, Peter; JINKS, James. *The Silent Deep: The Royal Navy submarine service since 1945*. London, UK: Penguin Books, 2016.

Marinha do Brasil. Estado Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval*. 1ª Edição. Brasília, DF, 2017.

SOUTO, Flávio Acauan. *A Diplomacia na Guerra das Malvinas*. Porto Alegre: Casa do Escritor, 2023. E-book.

SOUZA, César Augusto Nicodemus. *A Guerra que foi possível pelas Falklands/Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013. E-book.